



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Intervenções urbanas e preservação do patrimônio cultural – Paisagens particulares e banalização da paisagem

Urban interventions and preservation of
cultural patrimony – Particular landscapes and
trivialization of the landscape

*Paula Marques Braga, Universidade São Francisco,
pmarquesbraga@yahoo.com.br*

RESUMO

Analisa o aprofundamento das formas de segregação causadas pela valorização de áreas centrais históricas, a redefinição do papel da cultura e a contraposição entre discursos e políticas, revelando a contradição entre produção socializada do espaço e sua apropriação privada. Para tanto, estabelece marcos conceituais específicos, definidos a partir dos elementos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano e de questões relativas à preservação do Patrimônio Cultural, considerando-se as relações entre Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Imaterial e as formas de vivência estabelecidas no território. Nesse sentido, o turismo, que privilegia as atividades de comércio e serviço em detrimento da habitação, é a chave de inserção dos marcos conceituais propostos e revela o processo de substituição e / ou afastamento dos grupos de usuários locais. Em meio ao Processo de Privatização do Espaço Urbano, observa-se o comprometimento da cultura local face à ausência de seus agentes produtores e a desarticulação da dinâmica urbana cotidiana. A preocupação com essa temática se justifica porque o processo de conformação de novas dinâmicas urbanas compromete, ao menos em parte, a paisagem urbana anteriormente constituída. Sem as formas de apropriação e usos cotidianos anteriores, atrelados ao Patrimônio Imaterial e aos vínculos estabelecidos com o tempo, o que concede ao Patrimônio Arquitetônico e ao espaço urbano características específicas, vemos a transformação da paisagem em um cenário artificial, vigiado e controlado, para usos dirigidos, em horários determinados.

Palavras Chave: Áreas centrais históricas. Intervenções Urbanas. Patrimônio cultural. Processo de containerização do espaço urbano. Urbanização.

ABSTRACT

It analyzes the deepening of the segregation forms caused by the appreciation of historic central areas, the redefinition of the culture role and the contrast between discourses and policies, revealing the contradiction between socialized production of space and its private appropriation. To do so, it establishes specific conceptual frameworks, defined from the defining elements of the Urbanization and Containerization Process of the Urban Space and of issues related to the preservation of the Cultural Patrimony, considering the relationship between Architectural Patrimony, Intangible Patrimony and ways of living established in the territory. In this sense, tourism, which focuses on the activities of trade and service over housing, is the key of the integration of proposed conceptual frameworks and reveals the process of replacement and / or removal of local user groups. Amid the Privatization Process of Urban Space, there is the commitment of the local culture with the absence of its producing agents and the disarticulation of the quotidian urban dynamics. The concern with this topic is justified because the process of shaping new urban dynamics compromises, at least in part, the urban landscape previously constituted. Without the appropriation forms of and earlier quotidian use, linked to the Intangible Patrimony and to the links established along the time, which gives to the Architectural Patrimony and to the urban space specific characteristics, we see the transformation of the landscape in an artificial setting, monitored and controlled to directed uses, at certain times.

Keywords: Historical central areas. Urban interventions. Cultural patrimony. Containerization processo f urban space. Urbanization.

INTERVENÇÕES URBANAS – CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE ANÁLISE

Ao observarmos os processos de conformação e configuração da cidade contemporânea, em um primeiro momento, poderíamos ter a falsa ideia de que as Áreas Centrais Históricas não participam das novas dinâmicas urbanas estabelecidas.

De fato, a produção do espaço urbano, as intervenções urbanas em áreas consolidadas e os processos de conformação e produção de novas espacialidades são muitas vezes tratados de forma dissociada pelas ações de intervenção e planejamento das cidades, revelando um processo de fragmentação do tecido urbano. Reis denuncia este descompasso entre as “práticas de preservação” e o planejamento ao constatar que estes:

Constituem-se como processos de trabalho independentes, elaborados separadamente e poucas vezes harmonizados significativamente a posteriori. Descompasso semelhante ocorre entre os serviços de fiscalização para o cumprimento das normas. Responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, consciente ou inconscientemente, interferem diretamente nas diretrizes de planejamento urbano, sem delegação para isso e, reciprocamente, planejadores urbanos passam simbolicamente seus tratores sobre os bens culturais, quando não o fazem em campo, materialmente, igualmente sem atribuição para isso. (REIS, 2011, p. 117)

Gomes (2011, p. 129) compartilha desta mesma opinião quando aponta que as atividades de preservação deveriam estar vinculadas àquelas correspondentes ao urbanismo. Desta forma, estas passariam a ser entendidas como complementares e não independentes, processo este fruto da “(...) desarticulação entre gestão urbana e preservação, típica do caso brasileiro (...)”. Ainda assim, mesmo que muitas vezes tratadas de forma dissociada, tanto a produção do espaço urbano quanto as ações sobre áreas históricas, estão intimamente relacionadas ao esforço de promoção das cidades no mercado mundial. Observamos esta dinâmica no contexto do processo de empresariamento da produção da cidade, que se revela a partir da transformação do espaço em mercadoria.

Nesse sentido, as Áreas Centrais Históricas participam desse processo ao serem, as atividades ali exercidas, direcionadas ao setor turístico, que vincula atividades de lazer, comércio e serviços. Estas transformações ocorrem no contexto do processo de financeirização da cultura, em que os atributos particulares, reunidos sob o título de Patrimônio Cultural, são entendidos como elemento potencial à promoção das cidades no mercado mundial. Como parte deste processo de mercantilização da cultura, as características do Patrimônio Cultural são adaptadas a um novo público, novos usos e às novas dinâmicas estabelecidas, pautadas pelo consumo, consequências que processos globais e hegemônicos de intervenção imprimem à cidade. Estes são fruto da articulação entre estado e iniciativa privada e da imposição de modelos de intervenção urbana que ignoram o significado do Patrimônio Cultural e os vínculos estabelecidos através das formas de sociabilidade cotidiana, assim redefinindo a cultura.

Faz-se necessária, portanto, a busca por novas formas de reflexão acerca desses modelos de intervenção urbana. No que diz respeito à constituição e produção de novos espaços urbano nas cidades, estes têm sido caracterizados por um processo que cria paisagens indistintas, sem relação com as particularidades locais. Segundo Corrêa (2011, p. 68), “(...) a arquitetura dos novos bairros e dos centros comerciais e financeiros das cidades europeias, americanas e também brasileiras

(...)” se torna semelhante “ (...) pela uniformidade, homogeneidade, repetição e neutralidade cultural e estética ditada por princípios arquitetônicos submetidos aos ciclos do capital e da moda” (CORRÊA, 2011, p. 68).

É justamente esta característica do processo de configuração de novos espaços urbanos, o fato de tornarem as cidades portadoras de paisagens semelhantes, que faz do Patrimônio Cultural um elemento fundamental para a diferenciação da imagem das cidades no mercado global. Deste modo, estas áreas participam ativamente das dinâmicas urbanas contemporâneas de promoção das cidades.

(...) o patrimônio histórico e a cultura, de uma maneira geral (e o espetáculo que eles ajudam a configurar) se tornaram “ingredientes” essenciais da cidade contemporânea e uma das marcas dos processos socioespaciais em curso. Isto, porém, não quer dizer necessariamente que hoje exista uma superação da mencionada desarticulação entre as ações dos órgãos públicos voltados para a preservação do patrimônio e daqueles voltados para o planejamento de nossas cidades. (GOMES, 2011, p. 129)

Contraditoriamente, na tentativa de promover as cidades através de seus aspectos culturais locais, as Áreas Centrais Históricas acabam passando por processos semelhantes de descaracterização e perda de aspectos particulares. Isso ocorre porque estas propostas de intervenção urbana também se fazem pautadas em elementos semelhantes, muitas vezes voltados à promoção do turismo, vinculadas a processos hegemônicos de decisão quanto o que deve ser preservado e divulgado, ignorando a pluralidade característica da apropriação por diferentes grupos sociais. Esta característica reducionista das intervenções pode levar a processos de homogeneização, reforçados ainda pela adoção de:

(...) fórmulas consagradas através do mundo e a preocupação com o legado histórico e com a cultura dentro da perspectiva de consumo, com a indefectível associação entre cenário urbano “histórico”, consumo “cultural”, entretenimento e turismo (...) sensação de nada se parecer mais entre si do que centros antigos “restaurados” dentro dessa lógica. (GOMES, 2011, p. 138)

Os projetos de intervenção dirigidos ao Centro Histórico de Salvador e ao Bairro do Recife, por exemplo, são pautados neste mesmo desejo de promoção das cidades e, apesar de inseridos em contextos diferentes, portadores de trajetórias históricas e culturais distintas, são desenvolvidos a partir de estratégias semelhantes, pautadas em parcerias público-privadas.



À Esquerda, Cruzeiro de São Francisco, Centro Histórico de Salvador, imóveis recuperados que marcam um dos pontos determinados como atrativo ao turismo (BRAGA, out. 2012). À direita, Rua do Bom Jesus, Recife, um dos polos de intervenção para turismo na área (BRAGA, jun. 2010).

Estas se baseiam em três aspectos fundamentais – definição de um perímetro de intervenção, atribuição de novos usos e tratamento conferido às edificações e espaços públicos. Sobre estes aspectos, temos que, com a definição de um perímetro de intervenção, desconsidera-se a relação da área com o entorno, não englobando as relações de usos e dinâmicas cotidianas que esta deveria estabelecer com o conjunto da cidade, passando a funcionar de forma autônoma. Quanto à atribuição de novos usos, esta se dá acompanhada da alteração do perfil do público usuário destas áreas, contrapondo morador e visitante. A partir do momento em que se tem um novo grupo usuário, observa-se o estabelecimento de novas dinâmicas urbanas pois este passa a se apropriar do espaço da forma que lhe é característica, implicando em novas formas de sociabilidade, substituindo ou reduzindo as anteriormente estabelecidas. Os aspectos culturais locais, atrelados à memória da população, de quem depende sua manutenção no tempo, são reconfigurados, transformados em objetos a serem consumidos. O terceiro aspecto, que diz respeito às atividades de conservação e restauro de edificações e espaços públicos, contribui para reforçar o processo de segregação da área em relação ao entorno devido ao contraste entre a preservação do Patrimônio Arquitetônico abrangido pelo perímetro de intervenção e a má conservação e o processo de degradação das edificações do entorno.

Em conjunto, estes aspectos irão marcar o empobrecimento da diversidade sociocultural local, decorrente da alteração e do direcionamento de usos e dos grupos usuários. Isto porque a representatividade cultural de uma determinada área na cidade é fruto de uma série de interações e vínculos estabelecidos entre o habitante e o lugar, através de formas cotidianas de apropriação. Nesse sentido, devemos pensar na cidade não apenas como aquela que é definida pelas ações de intervenção, mas também aquela que se configura a partir das formas cotidianas de apropriação pela população. Neste processo de intervenção, a diversidade cultural é reinventada e os fragmentos históricos são transformados em mercadoria (ARANTES, 2008), através da espetacularização do Patrimônio Cultural. Observa-se, neste contexto, um processo de homogeneização ou resingularização das características particulares (GUATTARI, 2006, p. 158, 159). Estas transformações são evidenciadas ainda por processos de Privatização do Espaço Urbano, em que o direcionamento a novos usos implica em um novo público usuário para estas áreas. Este, por sua vez, não carrega os mesmos referenciais de identidade e pertencimento que os grupos historicamente estabelecidos no território.

NOVAS LEITURAS – A DEFINIÇÃO DE MARCOS CONCEITUAIS EM BUSCA DE UMA LEITURA CONTEMPORÂNEA

As transformações observadas na composição da paisagem urbana em Áreas Centrais Históricas, a partir de intervenções pautadas nos aspectos acima mencionados, que tomam os aspectos culturais locais como motivadores das intervenções, mas que acabam por descaracterizá-los, nos exige dar continuidade aos questionamentos já estabelecidos sobre este tema. Para tanto, a ampliação dos marcos conceituais tradicionalmente utilizados para estudo de intervenções desta natureza, como por exemplo o termo Gentrificação, pode vir a contribuir com este processo, como, aqui trazidos para esta discussão, os aspectos definidores da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano.

Ao conceituar a Urbanização, Muñoz¹ (2005) coloca que esta diz respeito à urbanização banal do território, a partir da repetição indistinta de aspectos semelhantes em diferentes lugares, fazendo com que cidades diferentes estabeleçam referenciais similares, caracterizando as formas e funções urbanas da cidade contemporânea. O autor (MUÑOZ, 2008, p. 19) coloca ainda que, dessas mudanças significativas nas formas urbanas, surge uma nova categoria, a cidade multiplicada².

A descrição do Processo de Containerização do Espaço Urbano decorre do rebatimento, para o contexto do espaço urbano, do conceito de Container, cunhado por Solà-Morales (2002, p. 96-101) para classificar equipamentos, ou conjuntos deles, que se voltam à acumulação de capital, seja ele econômico, simbólico ou cultural. Sob esta ótica, busca-se compreender de que forma este processo, que contempla aspectos tais como o direcionamento a atividades e público específicos, sem interação com o entorno e que se desenvolvem de forma auto referenciada, pode ser observado em Áreas Centrais Históricas que passam por processos de intervenção urbana e que, pela forma como se estruturam, também com especialização de usos e direcionamento a determinado público usuário, levam a processos de redução e comprometimento do valor simbólico local.

Consideramos que estes marcos, utilizados para descrever alguns dos aspectos das dinâmicas urbanas da cidade contemporânea, podem ser também utilizados para análise das Áreas Centrais Históricas que passam por intervenções urbanas nos moldes que serão aqui apresentados. Esta hipótese se coloca posto que estas áreas, quando tratadas de forma dissociada do conjunto da cidade, passam a configurar, ao mesmo tempo, uma paisagem singular e homogênea. A singularidade local decorre das características particulares reunidas como Patrimônio Cultural - características arquitetônicas, urbanísticas e imateriais. O aspecto de homogeneidade, por sua vez, diz respeito ao caráter de síntese destes mesmos elementos culturais que as intervenções promovem, reduzindo significados à possibilidade do consumo. As novas dinâmicas urbanas incentivadas pelas intervenções são direcionadas a usos específicos, como ócio, consumo e entretenimento, vinculados à promoção destas no mercado global, neste caso através do turismo.

Esta atividade e a forma como a ela são associados os aspectos culturais locais, para legitimar sua implantação, se configura como a chave de inserção destes marcos conceituais como possibilidade de análise do tema proposto. Isso porque, nas intervenções urbanas analisadas, tanto em Salvador quanto em Recife, a determinação do turismo como uso prioritário, privilegiando atividades de comércio e serviços, em detrimento sobretudo da habitação, aparece de forma clara. Nestes dois casos, os projetos desenvolvidos partiram da delimitação da área de intervenção, definindo um perímetro segregado do entorno. Em Salvador foi selecionado um setor do Centro Histórico para intervenção e, no Bairro do Recife, a definição das áreas se deu a partir da divisão do Bairro em polos de atuação. Estabelecidas as áreas de projeto, foram determinados os usos prioritários e os grupos sociais aos quais se destinariam. Nestas áreas, a forma de tratamento das edificações e dos espaços públicos se configura de maneira a conduzir o olhar e os percursos do visitante, aspecto reforçado pelos roteiros turísticos. As edificações, restauradas, passam a funcionar como uma barreira que delimita a área de circulação e o entorno não pode ser compreendido porque excluído das dinâmicas ali presentes.

¹ Francesc Muñoz é doutor em geografia, especialista em urbanismo e desenho de estratégias territoriais. É professor e diretor do Observatorio de La Urbanización e do mestrado em Intervenção e Gestão da Paisagem, da Universidad Autònoma de Barcelona.

² Esta nova conformação de cidade é resultado de três processos simultâneos – nova definição de centralidade urbana e funções a ela associadas; multiplicação dos fluxos e formas de mobilidade no território e novas maneiras de habitar a cidade e o território (MUÑOZ, 2008).

É esta mesma modalidade de turismo que Muñoz associa à produção de paisagens urbanas homogêneas, às quais ele dá a denominação de paisagens urbanais, que podem ser produzidas e reproduzidas independentemente do lugar e sua caracterização, alheias ao território onde estão inseridas, fruto de um processo de banalização do território. No caso das Áreas Centrais Históricas, esta banalização se dá pela forma como esse patrimônio consolidado é tratado e incorporado pelas dinâmicas urbanas através das intervenções. Para aplicar os conceitos de Banalidade e Banalização aos processos de produção e conformação do espaço urbano na cidade contemporânea, o autor utiliza como referência as conceituações de Pardo (2004), que caracteriza a banalidade como uma “condição da sociedade contemporânea”, vinculada à cultura e ao consumo de massa. Segundo este autor, a banalidade é o resultado do processo de banalização, que se dá em escala global e se constitui a partir de dois grupos, o “sistema de gosto” (formado pelos elementos energia e diversão) e o “sistema de brilho” (cujos elementos são suavidade e limpeza), coordenadas estabelecidas sob a ótica da propaganda, que tem por intenção divulgar e influenciar o consumidor a adquirir produtos de consumo que fazem parte da vida cotidiana³. Da mesma forma que uma propaganda deve passar a imagem de um produto de qualidade, segurança e que garanta diversão e satisfação, Muñoz identifica estes mesmo elementos na análise do território dentro do processo de empresariamento da produção da cidade.

Deste modo, áreas históricas, para que possam ser consumidas dentro deste processo de promoção das cidades no mercado mundial, tem sua imagem simplificada, “limpa” de qualquer interferência para garantir a diversão e o não questionamento, promovendo um contato superficial com o espaço urbano, sem as complexidades, conflitos e diferenças que nele residem. O público alvo, a quem as ações de intervenção se dirigem, é o visitante, e as formas de atuação sobre o território moldam o espaço (MUÑOZ, 2008, p. 68-71) para que a atividade turística possa ser implantada. Segundo o autor (MUÑOZ, 2008, p. 190), o problema de fato não é a atividade turística em si, mas a forma como esta é implantada e conduzida em cada localidade, o que vai de encontro às análises quanto às diferentes vertentes do turismo.

Nestas análises contrapõe-se o Turismo Cultural, cujo objetivo é promover o conhecimento a partir da valorização da diversidade, e o turismo predatório, em que estes mesmos elementos são simplificados e reconvertidos em objetos de consumo. Estas duas modalidades de turismo podem ser observadas associadas aos projetos de intervenção aplicados às Áreas Centrais Históricas de Salvador e Recife. Nestes casos, o Turismo Cultural foi apresentado como forma de incremento econômico, contribuindo tanto para a promoção destas áreas quanto para a conservação do Patrimônio Cultural. No entanto, as intervenções empreendidas revelaram um turismo predatório, ao transformarem os aspectos culturais em objeto de consumo atrativo a um novo público visitante, negligenciando a preservação das particularidades locais. O turismo predatório, implantado de forma sistemática e massiva, é aquele que se vincula ao entretenimento e volta-se ao consumo visual e temático dos aspectos espaciais, históricos e culturais locais, transformando a cultura, bem como os espaços a ela associados, em mercadoria.

Neste contexto de mercantilização da cultura, os usos até então estabelecidos e vinculados à habitação e às formas de apropriação cotidiana da população local são sobrepostos pelos novos usos impostos pelas intervenções, redefinindo as relações de sociabilidade e levando assim a um processo de segregação dos grupos usuários. Isso ocorre a partir do entendimento do setor cultural como um agente econômico potencial, comprometendo as características particularidades das localidades. Com isso, evidencia-se a apropriação de porções do território por grupos sociais específicos e a diferenciação entre as classes sociais e estilos de vida, reforçando a constituição de

³ Para melhor compreender esta temática ver PARDO (2004).

fronteiras e a segregação social no espaço urbano (MUÑOZ, 2004), configurando um Processo de Privatização do Espaço Urbano e comprometendo as relações de sociabilidade. Contra estes efeitos de redução da dimensão sociocultural que o direcionamento à atividade turística pode acarretar, Muñoz (2008, p. 208-211) indica a necessidade de construção de espaços urbanos social ou culturalmente diversificados e funcionalmente complexos, priorizando o uso público dos espaços, ao invés de privatizá-los pela segregação fundada na diferenciação social, e que permitam a identificação coletiva e o reconhecimento do lugar como singular. Entendemos que as Áreas Centrais Históricas seriam naturalmente portadoras destas características de que fala o autor, mas que alvo de formas de intervir que privilegiam o turismo, têm apagadas as diferenças inerentes às culturas locais.

Duque (2008, p. 116-118) compartilha da mesma opinião de Muñoz quanto à descaracterização do tecido urbano através de intervenções que visam a inserção das cidades no mercado global. Segundo este autor, a mudança na configuração espacial das áreas históricas ocorre através da implantação de uma modalidade de turismo qualificado como cultural quando na verdade não o é. Ele apenas apropria-se do discurso da cultura para validar a exploração econômica das mesmas, transformando-as em um cenário espetacularizado e controlado, para o qual contribui o tratamento diferenciado do entorno e a redução do conjunto de funções urbanas anteriormente ali estabelecidas. O caráter público dessas áreas fica comprometido já que se tornam segregadas do entorno, transformadas em espaços para consumo. Estes espaços, que podem ser controlados através de parcerias público-privadas se tornam similares, na análise de Duque, a um “parque temático”. Esta relação que o autor estabelece entre as áreas históricas incorporadas pelo mercado do turismo e a expressão “parque temático”, diz respeito ao processo de tematização da paisagem urbana, pela redefinição e redução de usos e das formas de apropriação, conferindo-lhe um aspecto de artificialidade, o que também revela a proximidade destas análises com o conceito de Urbanização. De acordo com os estudos desenvolvidos por Muñoz (2005, p. 79), a Urbanização se dá a partir de três processos, que são - Especialização Econômica e Funcional do Território; Segregação Morfológica dos Ambientes Urbanos e Tematização da Paisagem.

É a partir da caracterização destes processos, e das interações existentes entre eles, que buscamos compreender a pertinência e possibilidade de uso deste ao estudo de intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas. Deste modo, passamos agora à análise destes processos. Quanto à Especialização Econômica e Funcional do Território a que Muñoz (2008) se refere, esta diz respeito à implantação de novos usos e funções específicas, transformando as áreas em espaços destinados ao ócio e consumo em tempo parcial. Com isso, é reduzida a diversidade de atividades possíveis por que os usos passam a ser direcionados a um conjunto específico de funções, que em nossos estudos identificamos estarem relacionadas ao desenvolvimento e promoção do turismo. Estas alterações podem ser observadas nas edificações, com a redução do uso habitacional e demais atividades cotidianas, por exemplo. Este processo pode se estender aos espaços públicos, que se transformam também em palco de representação de uma nova imagem, compatível com a redução do capital social e cultural. Estas alterações ocorrem de acordo com a lógica do processo de empresariamento da produção da cidade e reconversão dos aspectos culturais em objetos de consumo, o que também contribui para o processo de homogeneização do espaço urbano.

Com isso, ao invés da diversidade de usos, prioriza-se aqueles vinculados ao comércio e serviços, reduzindo, ou até mesmo eliminando, a habitação e demais atividades ligadas ao cotidiano. A esta alteração de usos e funções está atrelado o segundo processo identificado por Muñoz, a Segregação Morfológica dos Ambientes Urbanos. Esta relação se dá na medida em que a mudança de usos restringe e redefine os grupos sociais que passam a participar das novas dinâmicas estabelecidas. A reconfiguração dos novos grupos usuários, que irá diferenciar aqueles que podem

ou não se apropriar destes espaços, marcará um processo de segregação e dará origem a um processo de Privatização do Espaço Urbano.

Evidencia-se ainda um processo de redefinição do papel do estado em relação ao espaço urbano, em que as políticas públicas passam a ser definidas pelas possibilidades de investimentos em determinados setores da economia, e voltado ao uso de determinados grupos de habitantes ou consumidores, comprometendo o caráter de coletividade. Esta referência que Muñoz faz às formas de apropriação e ao processo de Privatização do Espaço Urbano está presente em outros autores que também se voltam ao estudo do Espaço Urbano, como Carlos (2011) e Costa (2010). No que diz respeito à apropriação, Carlos (2011, p. 38-45) a classifica como uma “atitude essencialmente humana”. O homem se apropria daquilo que se dá a sua volta, transformando-o “em um objeto que lhe é próprio”, envolvendo espaço e tempo determinados. Para esta autora, para melhor compreender a apropriação, é fundamental considerar o Habitar. É a partir dele que se estabelecem as relações cotidianas e os vínculos efetivos com o lugar e com os outros. Este é o uso que se constitui como a forma de apropriação que permite “constituição da identidade e da memória”, e que vinculamos à caracterização do Patrimônio Cultural, formado pelo Patrimônio Arquitetônico e Imaterial.

(...) o uso dá significado e sentido à vida através da construção de referenciais que, localizados apontam a construção de uma identidade fundada numa língua, numa religião, numa cultura. Nesse contexto, a relação com o mundo é construída a partir de um ponto no qual o indivíduo se reconhece e a partir de onde constrói uma teia de relações com o outro e, através destas, com o mundo que o cerca, guardando uma história na medida em que o tempo implica duração e continuidade. Nesse sentido, o habitar definido como ato social, atividade prática, não se reduz a uma localização, mas estende-se ao plano da reprodução social que transcende o plano do individual. (CARLOS, 2011, p.58)

A medida em que os novos usos são implantados, são deixadas de lado a habitação e outras atividades que se constituiriam como parte do cotidiano do morador, impondo novos comportamentos. Deixa de haver a apropriação como forma de construção identitária e criação de vínculos e interação com o outro, sendo a produção do espaço caracterizada pelo controle e hierarquização dos grupos sociais que passam a participar desta produção (CARLOS, 2011).

Quanto mais o espaço é submetido a um processo de funcionalização, mais é passível de ser manipulado, limitando-se, com isso, as possibilidades da apropriação. Nesse processo, o indivíduo se reduz à condição de usuário, enquanto o ato de habitar, como momento de apropriação criativa, se reduz ao de morar, ou seja, à simples necessidade de abrigo. Esse processo materializa-se no plano do lugar – como aquele em que se instaura o vivido – ao passo que o plano do imediato, a morfologia, reproduz uma hierarquia social que vai em direção à segregação socioespacial, fragmentação dos espaços-tempos da vida humana em seus acessos diferenciados, marcando as diferenças de classes. (CARLOS, 2011, p.65)

A alteração das formas de apropriação acarreta em aspectos do Processo de Privatização do Espaço Urbano, porque associada à definição dos grupos de usuários que passam a participar deste novo espaço de consumo. Nas áreas históricas, sendo ainda as formas de apropriação associadas à construção identitária e de caráter simbólico, a privatização é também associada ao comprometimento dos aspectos particulares locais, empobrecendo-os. Segundo Costa (2010, p. 67, 77), privatiza-se o que deveria ser preservado coletivamente. Esta relação, enfatiza Carlos

(2011, p. 59, 138, 139), é contraditória, visto que a produção do espaço deveria ser fruto de um processo cujo sujeito deveria ser a sociedade.

No entanto, sendo o acesso aos espaços condicionado ao uso, que os transforma em mercadoria, a possibilidade de apropriação passa a ser dirigida a determinados grupos. Os indivíduos passam a ser divididos e hierarquizados de acordo com a possibilidade de consumo, que define o acesso aos lugares da cidade e aos espaços públicos. Sob esta perspectiva, estabelece-se a segregação, apontada por Muñoz. Com a substituição de formas de interação e práticas, passa-se a configurar uma nova sociabilidade e também a fragmentação do espaço urbano. Esta fragmentação, de acordo com Costa (2010, p. 14), é fruto de um processo de “valorização diferencial do espaço urbano”. No caso das intervenções analisadas, este processo decorre daquilo que o autor denomina ser fruto da relação entre “valorização simbólica e valorização econômica dos bens culturais, valor de mercado no contexto histórico”. Sobre este processo de fragmentação, coloca Sposito:

(...) não há unidade espacial, porque a ação sobre o espaço e a sua apropriação são sempre parcelares, na cidade atual. Diferentes pessoas movimentam-se e apropriam-se do espaço urbano de modos que lhes são peculiares, segundo condições, interesses e escolhas que são individuais, mas que são, também, determinados historicamente, segundo diversas formas de segmentação: idade, perfil cultural, condições socioeconômicas, segmentação profissional, preferências de consumo de bens e serviços etc. (SPOSITO, 2012, p. 134)

Deste conjunto de aspectos resulta a Tematização da Paisagem, terceiro processo destacado por Muñoz (2008, p. 88-90), consequência das transformações dos modos de produção e da economia e da perda das características de diversidade e coletividade. Esta nova paisagem, homogênea, irá marcar a sobreposição das especificidades do lugar por novos aspectos visuais. A estas paisagens comuns, Muñoz (2008, p. 43) também dará a denominação de a-territoriais, que diz respeito ao fato destas paisagens não possuírem identificação com os aspectos particulares de uma determinada localidade, não traduzindo de forma direta as características físicas, sociais e culturais que a compõem.

Sorkin (2004) identifica este processo como resultado da ruptura de vínculos historicamente estabelecidos entre o território e as múltiplas dimensões que o caracterizam. Esta forma de produção banal do território de que fala Muñoz, no caso das Áreas Centrais Históricas, se revela a partir do momento em que há a manipulação de elementos que lhes são particulares em prol da mercantilização da cultura, elemento que garante a diferenciação e competitividade no mercado mundial através da exploração cultural pelo turismo global. Com isso, estas áreas, com aspectos culturais, históricos e populacionais específicos, passam a sofrer transformações similares, acarretando na conformação de paisagens homogêneas (MUÑOZ, 2008). Estas são resultado do processo de adaptação e síntese do Patrimônio Cultural, a partir da eleição de determinados aspectos para preservação e promoção.

Isso ocorre porque as características físicas do território não são suficientes para garantir a singularidade destas áreas, que depende também dos aspectos culturais imateriais e das formas de vivência, atrelados à população local. Neste processo, considera-se apenas o potencial turístico que estas áreas apresentam, em detrimento da memória a elas vinculada. Segundo Costa:

A mercantilização dos núcleos propicia uma “banalização pela cenarização” que acaba por “mascarar” o sentido dado inicialmente a esses bens, enquanto símbolos de identidade, cultura e memória das nações e dos povos da

humanidade; infelizmente, não assumem plena função na vida da coletividade, atendem, sobretudo, os anseios exclusivos de uma classe e não são, verdadeiramente, compartilhados e preservados para a posteridade e toda humanidade, de acordo com as diretrizes do Comitê do Patrimônio Mundial, via Convenção. (COSTA, 2010, p.78)

A crítica que o autor faz a este processo, evidenciando ainda a contradição inserida na preservação do Patrimônio Cultural, que ao mesmo tempo em que os valoriza também os tornam alvo de exploração, que pode levar à descaracterização, o aproxima das colocações de Muñoz quanto à Urbanização. Isso porque a Urbanização é também caracterizada pela manipulação da história e simplificação dos elementos, impondo uma nova cultura, um passado falsamente recuperado (MUÑOZ, 2005; 2008, p. 43, 50). Como resultado final, tem-se o com prometimento dos aspectos culturais e a arquitetura transformada em cenário, passando agora a representar um espaço vigiado e controlado. Em Londres, por exemplo, cidade que é considerada um dos três destinos urbanos mais significativos do turismo global, Muñoz (2008, p. 95-109) aponta que as operações urbanas nas Docklands, ao longo do Tâmsa, permitem identificar o processo de especialização econômica e elitização. Isso porque a área passou por um processo de intervenção que privilegiou a habitação de alto padrão, através da substituição da população residente por outra de maior poder aquisitivo. Neste processo foi fundamental a participação do poder público, que permitiu uma ampla atuação do capital privado que, por sua vez, priorizou a implantação de serviços especializados, voltados ao ócio e entretenimento. Essas ações, segundo as análises do autor, retratam o processo de tematização deste território e a transformação da história e da cultura local em objeto de consumo. Em outro exemplo, em que Muñoz (2008, p. 126-149) apresenta as ações imobiliárias e urbanísticas em Buenos Aires, Argentina, hoje uma das dez maiores aglomerações urbanas do mundo, ele aponta que a Urbanização, neste caso, foi decorrente de operações de intervenção nos bairros La Boca e San Telmo-Montserrat e Puerto Madero.



À Esquerda, o Bairro La Boca, imóveis ao longo do Caminito, que concentra a atividade turística no bairro e que se contrapõe ao entorno. À direita, Puerto Madero, área portuária reconfigurada em destino turístico. (BRAGA, jan. 2011)

O autor coloca que estas ações marcaram um processo de especialização funcional das áreas e sua apropriação por novos atores, levando a uma polarização social. Com isso, o espaço urbano passou a ter uma leitura fragmentada, “como uma sequência de ilhas”, sendo que parte delas foi favorecida pela ação especulativa do mercado, enquanto outras ficaram ao largo desses processos. As intervenções promovidas nestes espaços apontam, segundo Muñoz:

(...) o alcance e os riscos que os processos de Urbanização significam para a cidade entendida em sua dupla dimensão, como substrato físico construído e como emaranhado de relações sociais entre quem habita (...). (MUÑOZ, 2008, p. 126, tradução da autora)

O funcionamento destas áreas como uma ilha especializada é reforçado pelas características de vigilância e controle. Estas reforçam o estabelecimento de fronteiras no espaço urbano, físicas ou simbólicas, que isolam essas áreas do contexto onde estão inseridas, dissociando-as do entorno. Este aspecto da Urbanização, a transformação de setores da cidade em territórios segregados, tanto pela não interação física com o entorno quanto pela descontinuidade das dinâmicas urbanas devido ao processo de especialização econômica e funcional, visto que direcionados a usos e usuários específicos, nos permite incorporar às análises o segundo marco conceitual indicado, o Processo de Containerização do Espaço Urbano. De acordo com Solà-Morales, os Containers constituem acumuladores de capital, tenham eles viés econômico ou cultural. Estes passam a constituir novos cenários de consumo ritualizado de objetos e cultura, de caráter seletivo e homogêneo.

Estes espaços, exemplificados pelo autor como museus, estádios, centros comerciais, parques temáticos de entretenimento, edifícios históricos a serem visitados ou centros turísticos, têm por característica não serem sempre públicos, mas também não exatamente privados, onde é possível identificar uma distinção destes espaços em relação ao entorno. Considerando esta característica de separação, Sorkin (1996) acrescenta ainda que estes passam a funcionar como um instrumento de segregação, dividindo coisas e pessoas de acordo com o consumo, parte do processo de empresariamento da cidade. Assim como Muñoz descreve a Urbanização, Sorkin irá classificar os Containers como espaços especializados, nos quais não ocorrem acontecimentos espontâneos e onde as diferenças são eliminadas, reduzindo a sociabilidade do espaço público, originalmente o lugar da diversidade e do conflito, agora relacionado a grupos específicos. Estas alterações acarretam no comprometimento dos aspectos culturais locais e das formas cotidianas de apropriação. Aos projetos que apresentam estas características, sobretudo quando voltados à atividade turística, Sorkin (2004) irá associar a tematização e espetacularização, também utilizadas por Muñoz para caracterizar a Urbanização.

A destruição das relações de sociabilidade e redefinição das mesmas, também é destacada por Carlos (2004, p. 14, 43). Segundo a autora, os novos usos e as novas formas de apropriação do espaço, transformam-no em mercadoria, e este uso delimitado tende a substituir as relações anteriores por outras, mediadas pela mercadoria. Estas transformações levam à criação de novos espaços, que Bauman (2001, p. 112-116) classifica como “espaço público não civil”. Segundo o autor, estes espaços públicos não civis podem ser de dois tipos, de não permanência e de consumo. Este último é o espaço controlado e segregado, destinado ao consumo e entretenimento a tempo parcial. Sendo assim, não favorece a criação de vínculos e sim encontros superficiais, nos quais se restringe a possibilidade do encontro e o convívio com o diferente. Nesse processo de fragmentação do espaço perde-se as relações familiares, de vizinhança e com os objetos, comprometendo os referenciais urbanos individuais e coletivos e a memória social (CARLOS, 2004, p. 13).

Essa classificação nos leva às reflexões quanto ao Processo de Containerização. Quando Muñoz (2008, p. 190) indica que as paisagens urbanas podem ser entendidas como “morfologias urbanas autistas”, ele está associando a formação destas paisagens ao Processo de Containerização do Espaço Urbano. Isso ocorre porque estas paisagens não estabelecem relações com o território, desconsiderando as características locais, fazendo com que o espaço urbano, ou conjunto deles, aos quais via de regra se associam edificações, passem a ser tratados como novos fragmentos urbanos especializados (MUÑOZ, 2008). Este processo pode se dar até mesmo em zonas urbanas consolidadas porque nestas, através de intervenções que privilegiam o consumo cultural através da atividade turística, a atividade urbana passa a se dar de forma autônoma e auto referenciada.

Estas passam a funcionar como objetos independentes, que não compartilham da forma orgânica do tecido e dos espaços urbanos, voltando-se à economia de serviço, consumo e entretenimento. As funções são simplificadas, estabelece-se o intercâmbio e ritual de consumo e o espaço é tematizado para ser visitado em tempo parcial, evidenciando características do Processo de Containerização do Espaço Urbano, onde a experiência urbana é estandardizada, banalizada. De forma semelhante, podemos encontrar em Choay (2001, p. 226) análises que vão de encontro ao Processo de Containerização. Esta relação se faz presente quando a autora coloca que a transformação dos espaços em bens de consumo cria uma “embalagem” em torno do Patrimônio Cultural, excluindo as populações locais e as atividades tradicionais e cotidianas, o que implica no comprometimento dos aspectos culturais locais que antes caracterizavam e definiam estes territórios. De acordo com Solà-Morales (2002, p. 198-200), tanto os objetos arquitetônicos quanto as estruturas urbanas, ao perderem seu valor cotidiano e serem convertidos em espaços de produção e intercâmbio de mercadorias, passam a fazer parte de um mercado de valores. Esse processo, que também se caracteriza pela redução do bem cultural a objeto de consumo a tempo parcial, faz com que estas áreas percam aspectos singulares da cultura local que as caracterizam. Com o comprometimento da qualidade de vida cotidiana, estas passam a se constituir em áreas objetificadas e ritualizadas.

A redução da possibilidade de acontecimentos espontâneos, frutos da interação cotidiana entre a população e os espaços que ocupa, que as intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas promovem, e que nos permite a análise através da Urbanização e do Processo de Containerização do Espaço Urbano, evidencia ainda o que Delgado (2007, p. 111-113) irá denominar “vida social falseada”. Para explicá-la, o autor também faz uso do conceito de Container. De acordo com suas colocações, quando o conceito de Container é transposto à análise do espaço urbano, através do Processo de Containerização do Espaço Urbano, é possível aproximá-lo às ações de intervenção em Áreas Centrais Históricas. Esta relação é possível a partir do momento em que os projetos de intervenção empreendidos nestas áreas promovem a reconfiguração do território em função do interesse econômico de promoção das cidades através da atividade turística. Elas dialogam com as características do Processo de Containerização no que diz respeito à transformação do território em função de interesses econômicos específicos. A partir do momento em que as ações se voltam ao direcionamento de usos e usuários específicos, estas promovem a redução dos componentes tipológicos, sob a ótica da tematização e espetacularização das mesmas, reduzindo o valor simbólico.

O turismo e a indústria que o sustenta têm papel fundamental na determinação desta “vida social falseada”, pois condicionam ao visitante a forma de olhar e se dirigir a essas áreas. Constitui-se uma nova situação cultural, na qual a realidade é substituída por uma imagem definida a priori, a partir das ações de intervenção, com a simplificação dos elementos constitutivos dessas áreas. Ao mesmo tempo, com a remoção da população anterior, impedindo a mescla social, atividades e práticas cotidianas vão sendo substituídas por outras, que se constituem em usos direcionados, transformando os espaços públicos em áreas homogêneas, vigiadas e controladas para consumo do território, comprometendo o valor social local, assim como aponta Muñoz ao descrever a Urbanização.

Nas análises de Salvador e Recife, é possível identificar estes aspectos aqui mencionados. Isso porque, em linhas gerais, ambos projetos se pautaram em um processo de especialização funcional voltado a um público consumidor específico. Estas alterações, reforçadas ainda pelo tratamento conferido às edificações, marcaram um processo de ordenamento e controle destes territórios, reforçando a segregação espacial. Esta segregação dos diferentes grupos sociais, constituindo fronteiras que revelam um Processo de Privatização do Espaço Urbano, foi reforçada

pela ausência e/ou confinamento do uso habitacional nas áreas de intervenção. A forma de lidar com estes aspectos resultou em desdobramentos quanto aos aspectos culturais locais. Esta implicação se mostra de forma bastante evidente em Salvador, já que o Centro Histórico, pelas formas de ocupação pelas quais passou, abrigou, ao longo do tempo, uma série de movimentos e manifestações culturais. Estas, criadas e mantidas pela população local, tiveram sua continuidade comprometida a partir do momento em que esta população foi removida do local para implantação da intervenção. Em Recife, por outro lado, ainda que não existam na área formas de representação cultural com a mesma intensidade daquelas observadas em Salvador, as formas de utilização cotidiana daquele lugar foram comprometidas pelo direcionamento aos novos usos implantados.

Nos estudos desenvolvidos quanto às intervenções urbanas realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife podemos identificar que, além das alterações dos aspectos físicos e relações sociais apontadas por Muñoz, estão associadas também alterações nos aspectos culturais. No que diz respeito a este último elemento, se torna determinante identificar e caracterizar a forma como os grupos sociais agem, se pela construção da cultura, apropriação pelos habitantes, ou consumo, para o qual o Patrimônio Cultural adquire valor de troca, fazendo com que o aspecto imaterial seja recriado pela apropriação do novo usuário, levando ao comprometimento da leitura do existente, tornando-o uma paisagem banal.

REFLEXÕES FINAIS – ÁREAS CENTRAIS HISTÓRICAS, PASSADO E PRESENTE NA CONFIGURAÇÃO URBANA DE NOSSAS CIDADES

Lidar com áreas que reúnem elementos que caracterizamos como Patrimônio Cultural, Arquitetônico e Imaterial, nos coloca diante da necessidade de repensarmos a relação entre passado e presente. Acostumados a separar, catalogar e categorizar os elementos que conformam a vida, suas dinâmicas e marcos materiais, faz parecer um desafio imaginar que passado e presente devam ser tratados de maneira outra, que não cada um em seu espaço delimitado e encerrado no tempo, mas como reentrâncias de um mesmo processo e que, por este motivo, se mesclam, encontram, sobrepoem-se.

O Patrimônio Cultural é referência do passado, mas é, ao mesmo tempo, também matéria e materialidade presente. A busca por novas referências para pesquisas relativas a intervenções urbanas em Áreas Centrais Históricas, associando estas análises a conceitos voltados ao estudo de dinâmicas urbanas contemporâneas pode vir a contribuir nesta direção, propondo alterar o cenário em que ainda vivenciamos uma dissociação entre as políticas relativas à preservação do Patrimônio Cultural e aquelas que tratam das dinâmicas urbanas contemporâneas e planejamento urbano, de forma dissociada.

É justamente neste sentido que este artigo propôs suas reflexões. Olhar a paisagem da cidade em suas particularidades, considerar dinâmicas, formas de apropriação, usos cotidianos e grupos usuários diversos. O risco da banalização, da pasteurização do particular, em direcionamento à especialização, que categoriza e cria caricaturas no espaço urbano pode comprometer a memória, o elemento de ligação entre temporalidades distintas, mas que estão sempre presentes na cidade, marcos construídos, carregados de significados advindos de outros momentos da história de nossas cidades, mas que, resistentes à ação do tempo, convivem com o cotidiano e marcam a paisagem de forma singular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antonio A. As dimensões do patrimônio. Material do curso Patrimônio Imaterial. Política e instrumentos de identificação, documentação e salvaguarda. DUO Informação e Cultura, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CORRÊA, Elyane Lins. As últimas ruínas. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 67-99.
- COSTA, Everaldo Batista da. A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2010.
- DELGADO, Manuel. La ciudad mentirosa, fraude y miséria del “modelo Barcelona”, Capítulo 3 El espacio público como crisis de significado. Madrid: Catarata, 2007.
- DUQUE, Felix. Habitar la tierra. Madrid: Abada Editores, 2008.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Preservação e urbanismo. Encontros, desencontros e muitos desafios. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 129-144.
- GUATTARI, Felix. Caosmose. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2006.
- MUÑOZ, Francesc. “Lock living”. Paisajes urbanos de la seguridad. In CCCB Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. Debate Traumas Urbanos. La Ciudad y los Desastres, 2004, p. 227 a 237. Disponível em <<http://www2.cccb.org/transcrip/urbanitats/traumes/pdf/FrancescMunoz.pdf>>. Acesso em 04 nov 2010.
- _____. Paisajes banales: bienvenidos a la sociedad del espectáculo. In SOLÀ-MORALES, Ignasi; COSTA, Xavier (Org). Metrópolis. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005, p. 78-93.
- _____. Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- PARDO, José Luis. La Banalidad. Barcelona: Anagrama, 2004.
- REIS, Nestor Goulart. Patrimônio Cultural e problemas urbanos. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 117-127.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SORKIN, Michael. La cantinela del contenedor. XIX Congreso de la Unión Internacional de Arquitectos - UIA - Barcelona 1996 D + A (niveles superiores). Disponível em <http://www.cccb.org/rcs_gene/container_cast.pdf>. Acesso em 04 nov 2010, às 16h37.

_____. Variaciones sobre un parque temático. La nueva ciudad americana y el fin del espacio público. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012, p. 123 – 145.